

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: A CríticaClass.: Katukina 09Data: 09.12.92

Pg.: _____

Funai estuda enquadramento da Petrobrás por invasão

A empresa Petrobrás poderá ser duplamente processada por ter desrespeitado o convênio firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que proíbe a entrada de funcionários de empreiteiras em áreas indígenas sem a companhia de um servidor da Funai, e por responsabilidade no caso do estupro da índia Katukina, Betinha, que sofre de problemas mentais. Betinha, de 18 anos, foi atacada em agosto deste ano e está grávida. O administrador da Funai de Manaus, Raimundo Serejo, disse ontem que já estão sendo feitos estudos para verificar o nível de prejuízo causado à natureza e à sobrevivência dos índios.

Os homens a serviço da Petrobrás invadiram a reserva indígena do rio Biá, afluente do rio Jutai, município do mesmo nome. Lá, eles acamparam atraindo a família de Betinha ao acampamento sob o pretexto de "comerem alguma coisa". Enquanto alguns agentes distraíam os pais da índia, outro grupo a violentou. O crime foi testemunhado

por um menino índio, que correu para avisar os pais da vítima que não chegaram a tempo de evitar a violência.

Pela cultura Katukina, Betinha está marcada para sempre. Nela, a mulher que fica grávida sem que seja de seu legítimo esposo é desprezada pela comunidade, o mesmo acontecendo com seu filho.

Indenização — O administrador da Funai em Manaus admitiu ontem não saber, ainda, os artigos em que a Petrobrás deverá ser enquadrada e nem o valor da multa que ela deve pagar pelos danos causados ao povo Katukina. É preciso quantificar as picadas (atalhos estreitos abertos no mato a golpes de facão) feitas nas áreas indígenas, a quantidade de madeira derrubada, e todo o nível de prejuízo causado à natureza e à sobrevivência dos índios.

Serejo lembrou que há cerca de 20 dias um índio foi estuproado no município de São Gabriel da Cachoeira por três soldados do Exército e um garimpeiro. Todos estão respon-

dendo processo judicial. As áreas indígenas Saterê-Maué, no município de Maués; Coatá-Laranjais, em Autazes, e a dos índios Mundurucus, em Borba, já foram indenizadas por empreiteiras que desrespeitaram o convênio firmado pelo ministro das Minas e Energias, Shigeaki Ueki, do governo Ernesto Giesel, que proíbe a entrada de pessoas em áreas indígenas sem o acompanhamento do funcionário da Funai.

Dúvida — A indigenista Maria das Dores, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que faz parte da equipe que trabalha com o povo Katukina, disse ontem ter dúvidas quanto a atuação da Funai, que não está demonstrando interesse em resolver o caso. "Os advogados afirmam que estão sem verbas, além disso precisam de mais elementos suficientes para abrir inquérito criminal. Que provas eles querem maiores que a gravidez da índia e a revelação de um índio que assistiu o ato?" questionou a indigenista.